

Cursos de Pedagogia das Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Paraná e relação com a educação especial e inclusiva

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2024.22.1.9098>

Claudia Maria Petchak Zanlorenzi¹, Andreia Bulaty²

Resumo: A perspectiva da inclusão consolidou-se no Brasil efetivamente na esfera da educação, a partir de 1990. Conferências, seminários, documentos e políticas públicas contribuíram para uma mudança de olhar sobre a temática. Todavia, a educação especial e inclusiva tem sido garantida como conhecimento na formação inicial dos futuros professores? A presente pesquisa visa analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia das Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Paraná, especificamente a oferta de disciplinas sobre educação especial e inclusiva. Nesse sentido, busca-se entender como os cursos de graduação têm se posicionado em relação à temática. Para tanto, será utilizada a pesquisa qualitativa e exploratória, e, como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica que terá duas etapas: os estudos da temática e a pesquisa nos Projetos Pedagógicos Curriculares dos cursos de Pedagogia, das instituições públicas do Estado do Paraná, correspondente às dez instituições - sete Universidades Estaduais, duas Federais e um Instituto Federal. O estudo dos projetos será ancorado na Análise de Conteúdo. Pretende-se com esse estudo problematizar a temática, apontar fragilidades e principalmente contribuir para que a educação na perspectiva inclusiva se consolide como espaço de emancipação humana.

Palavras-chaves: Inclusão. Políticas Públicas. Instituições de Ensino Superior. Pedagogia.

Pedagogy Courses at Public Higher Education Institutions in the State of Paraná and their relationship with special and inclusive education

Abstract: The perspective of inclusion was effectively consolidated in Brazil in the sphere of education, starting in 1990. Conferences, seminars, documents and public policies contributed to a change of perspective on the subject. However, has special and inclusive education been guaranteed as knowledge in the initial training of future teachers? This research aims to analyze the Pedagogical Projects of Pedagogy Courses at Public Higher Education Institutions in the State of Paraná, specifically the offering of subjects on special and inclusive education. In this sense, we seek to understand how undergraduate courses have positioned themselves in relation to the topic. To this end, qualitative and exploratory research will be used, and, as methodological procedures, bibliographical research that will have two stages: studies of the theme and research into the Curricular Pedagogical Projects of Pedagogy courses, of public institutions in the State of Paraná, corresponding to the ten institutions - seven State Universities, two Federal Universities and one Federal Institute. The study of projects will be anchored in Content Analysis. The aim of this study is to problematize the theme, point out weaknesses and mainly contribute to ensuring that education from an inclusive perspective is consolidated as a space for human emancipation.

Keywords: Inclusion. Public policy. Higher education institutions. Pedagogy.

¹ Pós Doutora em Educação. Professora adjunta da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus União da Vitória. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI). Membro dos grupos de Pesquisa GEPPRAX (UNESPAR/UV) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva (GEPEDIN). E-mail: aecmari@gmail.com

² Pós Doutora em Educação. Professora adjunta da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus União da Vitória. Membro do grupo de Pesquisa GEPPRAX (UNESPAR/UV). E-mail: andreiabulat@gmail.com

Introdução

A perspectiva da inclusão consolidou-se no Brasil efetivamente na esfera da educação, a partir de 1990. Conferências, seminários, documentos e políticas públicas contribuíram para a mudança de olhar sobre a temática. Todavia, a educação na perspectiva inclusiva tem sido garantida como conhecimento na formação inicial dos futuros professores?

A presente pesquisa visa analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia, doravante PPC, das Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Paraná, especificamente a oferta de disciplinas sobre educação especial e inclusiva. Nesse sentido, buscamos entender como os cursos de graduação têm se posicionado em relação à temática.

Para tanto, será utilizada a pesquisa qualitativa e exploratória e, como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica que terá duas etapas: os estudos da temática e a pesquisa nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia, das instituições públicas do estado do Paraná, correspondente às dez instituições - sete Universidades Estaduais, duas Federais e um Instituto Federal. O estudo dos projetos será ancorado na Análise de Conteúdo.

Pretendemos com esse estudo problematizar a temática, apontar fragilidades e principalmente contribuir para que a educação na perspectiva inclusiva se consolide como espaço de emancipação humana.

O presente artigo está estruturado organizacionalmente em dois momentos: No primeiro momento chamado de “Breves reflexões sobre a perspectiva inclusiva” dialogando com o conceito de inclusão e a educação especial na perspectiva inclusiva. Num segundo momento, denominado de “Cursos de Pedagogia das Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Paraná e relação com a educação especial e inclusiva: um estado de conhecimento”, discutimos os resultados da pesquisa, trazendo a metodologia utilizada e a análise dos PPC dos Cursos de Pedagogia das Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Paraná.

Breves reflexões sobre a perspectiva inclusiva

Partimos do pressuposto que a inclusão escolar deve ser entendida pelo prisma da aquisição dos direitos humanos e assim proporcionar a representatividade de todos no

espaço educacional, independente de suas condições físicas, financeiras, de raça e de gênero, abrindo-se a toda diferença.

Nesse viés, é primordial que ações inclusivas tenham como finalidade potencializar a aprendizagem das alunas/os com deficiência. Para tanto, é necessário estarmos atentos à forma como devem ser essas ações, as quais precisam ultrapassar a lógica integradora e de individualização do processo nos moldes do princípio liberal e, ao contrário, pelo prisma da totalidade e coletividade. Desta feita, é necessário reconhecer a pessoa com deficiência na sua singularidade e como parte do todo, como também pensar na inclusão como um movimento que ultrapassa a esfera somente da consciência e sim pensar na base material e as questões que envolvem a sociedade capitalista como os valores de meritocracia, individualidade e a gênese da exclusão. Quando colocamos que o outro é diferente, utilizando o parâmetro de normal e uma certa superioridade, legitimamos a exclusão ao não reconhecer as suas potencialidades e que também é capaz de produzir conhecimento, pois “Lidar com a diversidade do desconhecido é sinônimo de desconfiança, até mesmo acentuação de comportamentos de discriminação e desqualificação do "outro". (Benevides; Costa, 2022, p.6- grifos dos autores). De toda sorte, é preciso pensar e refletir na totalidade que envolve a perspectiva inclusiva na educação e olhar o fenômeno na sua multideterminação, compreendendo que as práticas de sala de aula, o fazer pedagógico são apenas um fio das relações que envolvem a temática.

Dentre os aspectos que permeiam a perspectiva inclusiva na educação, destacamos as políticas públicas, pois é a partir dessas que se concretizam as ações. Observamos que, a partir da década de 1990, a educação especial e a inclusão foram temas mais direcionados para o contexto educacional, dado as conferências no âmbito mundial e que influenciaram de forma preponderante as políticas públicas no Brasil. Neste sentido, Pavezi e Mainardes (2018, p. 159) apontam a influência de tais conferências e apresentam as leis nacionais que incorporam os conceitos predominantes, apresentando a normatização da política nacional da educação especial no Brasil. Diante disso, verificamos que além dos aspectos econômicos, sociais, históricos e culturais que envolvem as políticas públicas de educação, questões ideológicas permeiam a suas organizações e no caso da década de 1990, o neoliberalismo como sustentação do modo de produção capitalista, foi efetivamente direcionador de conceitos, diretrizes, entre outros.

A exemplo, verificamos que no Plano Nacional de Educação, Lei n.º 13.005/2014, sobre a matéria, aponta a meta 4 referente a

[...] universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”. (Brasil, 2014).

Os desdobramentos a serem organizados para o alcance desta meta, apesar do período em que não se considerou esse documento tão importante para a educação brasileira, envolvem desde questões de financiamento da educação até a aprendizagem dos alunos, e todas as estratégias de implementação para que essa política realmente se concretizasse, pois analisar uma política pública envolve considerar as questões que estão nas letras da lei, com também nas suas entrelinhas. Todavia, esse não é o foco deste trabalho, tampouco outro momento do ciclo de políticas, qual seja, a avaliação, mas que sobremaneira, são primordiais para a efetivação da política pública. Aliás, acreditamos que a falta de uma avaliação transparente, com a participação de todos os atores, é imprescindível para que verdadeiramente uma política se consolide. Todavia, corroboramos com Secchi, Coelho e Pires (2023, p. 83), quando apontam que vários são os fatores para a dificuldade na avaliação, como por exemplo, “A própria resistência daqueles que são avaliados [...], a forma de apresentar de um processo avaliativo, [...], o tempo de maturação de uma política pública”.

Diante dessas dificuldades e como forma de problematização, interessa-nos direcionar nosso olhar para um aspecto que é o espaço em que também se concretizam as políticas públicas para educação especial e inclusiva, qual seja, a formação inicial de professores e como os documentos que regem essa formação, no caso os Projetos Pedagógicos dos Cursos, em especial de Pedagogia, apontam para as questões sobre a perspectiva inclusiva, ou melhor, se há espaço, lacunas e silêncios, atentos ao que Chauí (2016, p. 245) afirma,

É nuclear, na ideologia, que ela possa representar o real e a prática social através de uma lógica coerente. A coerência é obtida graças a dois mecanismos: a lacuna e a “eternidade”. Isto é, por um lado, a lógica ideológica é lacunar, ou seja, nela os encadeamentos se realizam não a despeito das lacunas ou dos silêncios, mas graças a eles afirma que A coerência é obtida graças a dois mecanismos: a lacuna e a “eternidade”. Isto é, por um lado, a lógica ideológica é lacunar, ou seja, nela os

encadeamentos se realizam não a despeito das lacunas ou dos silêncios, mas graças a eles;[...]”.

Na formação inicial de professores, é primordial que a inclusão esteja presente, para que seja proporcionada uma formação sólida e principalmente que reflita, problematize e fundamente o fazer docente em todos os aspectos, entre eles a educação especial e inclusiva. Todavia, será essa é uma realidade na IES públicas do Estado do Paraná?

Há muita dificuldade em alinhar o que está colocado nas políticas públicas de inclusão propostas pelo Estado e a forma como esses documentos devem permear o cotidiano das instituições de ensino para que realmente a aluna/o conquiste seu direito ao conhecimento de forma equânime. Diante disso, verificar se a base que fundamenta a formação docente apresenta em seu bojo questões relacionadas à inclusão, é o objetivo da próxima seção deste texto.

Cursos de Pedagogia das Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Paraná e relação com a educação especial e inclusiva: um estado de conhecimento

A presente seção do artigo tem por finalidade apresentar uma pesquisa que utilizou a metodologia do Estado de Conhecimento. Para tanto, iniciamos discutindo como se efetiva essa forma de trabalho científico. Conforme Zanlorenzi (2018, p. 387), estado de conhecimento é

[...] é uma pesquisa que visa um aprofundamento da produção acadêmica de uma temática em especial. Essa forma de investigação proporciona um parâmetro sobre a quantidade das pesquisas efetivadas, e a partir dessa análise a aceitação do objeto, as convergências e divergências, os pressupostos teóricos e as lacunas, bem como as inovações na área e as permanências.

Sob o mesmo assunto, Morosini, Santos e Bittencourt afirmam que Estado de Conhecimento “ [...] é identificação, registro e categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.” (2021, p. 23)

Não obstante, pesquisas que elaboram um mapeamento sobre determinado tema, problematizam questões, conferem indícios de assuntos que estão em voga e que se relacionam com o contexto social, com narrativas e com interesses contemporâneos.

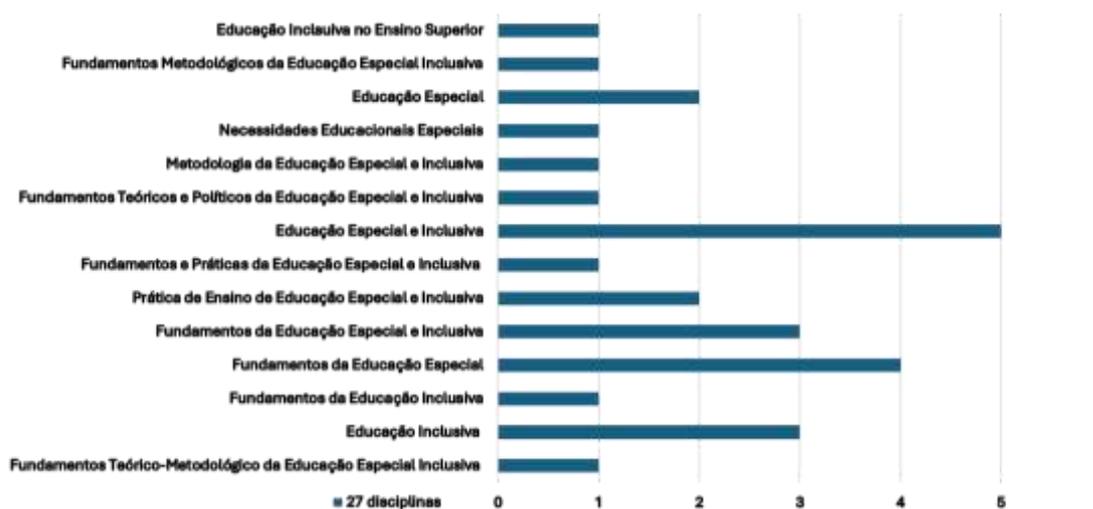
Neste viés, a pesquisa realizada teve por finalidade verificar se nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia, das Instituições de Ensino Superior, públicas, do estado do Paraná, apresentam disciplinas que tratam da educação especial e inclusiva, tendo como percurso a proposta de Morosini, Santos e Bittencourt (2021), adotando os seguintes passos: bibliografia anotada, em qual é feita a leitura dos documentos como forma de selecionar aspectos relacionados com o objetivo da pesquisa; bibliografia sistematizada, que consiste na organização dos trabalhos selecionados em tabela específica que contém dados que auxiliem na análise posterior; bibliografia categorizada, momento importante que se constitui as unidades, palavras, temáticas ou categorias, pelas quais será possível fazer agrupamentos segundo convergências e por fim, bibliografia propositiva, momento que tem por finalidade de conferir inferências que culminam na análise dos dados e que proporcionem apontamentos como rupturas, permanências, lacunas, convergências e divergências.

Apresentados brevemente os aspectos metodológicos, na sequência, será apresentada a pesquisa com a seguinte problemática: a educação especial e inclusiva tem sido garantida como conhecimento na formação inicial dos futuros professores que frequentam as IES públicas do Estado do Paraná?

Para atender a problemática de pesquisa, iniciamos a procura no site e-mec, os cursos de Pedagogia que são reconhecidos e credenciados pelo MEC, ofertados em IES públicas no Estado do Paraná. Nesse momento, foram localizados 22 cursos de Pedagogia, organizados em 10 IES, destas, sendo: sete IES estaduais, duas instituições federais e um instituto federal, que estão situadas ao longo do território paranaense, com contextos, cultura, costumes, economia e modos de vida particular de cada região. Por meio da pesquisa on-line, junto aos sites das 10 IES, foi possível diagnosticar os dados a respeito da matriz curricular dos cursos de Pedagogia.

Ao iniciar a realização da bibliografia anotada, buscamos a leitura dos vinte e dois (22) PPC dos cursos de Pedagogia, utilizando como descritores para localizar o objeto de estudo as palavras “educação especial”, “inclusão” e “educação especial e inclusiva” e selecionar os dados que vão compor a análise. Paralelo, iniciamos a bibliografia sistematizada visando a organização estrutural dos dados em uma tabela contendo: nome da disciplina, carga horária, ementa, instituição e ano do PPC. Ao todo foram encontradas as seguintes disciplinas:

Gráfico 01: Nomenclatura das disciplinas que discutem o objeto de estudo



Fonte: Dado elaborado pelas pesquisadoras com base nos PPC investigados.

Ao longo da investigação, verificamos vinte e sete (27) disciplinas que contemplam os descritores mencionados anteriormente. Essas disciplinas estão organizadas em vinte e um (21) cursos: alguns com um (1) ou duas (2) disciplinas, tendo apenas um (1) curso que não apresentou disciplina específica destinada a conhecer e refletir sobre a educação especial e inclusiva. É importante salientar que para a análise não foi objetivo verificar a disciplina de libras, pois a mesma consta em todos os cursos de licenciaturas, uma vez que, conforme Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em seu artigo 3º

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (Brasil, 2005).

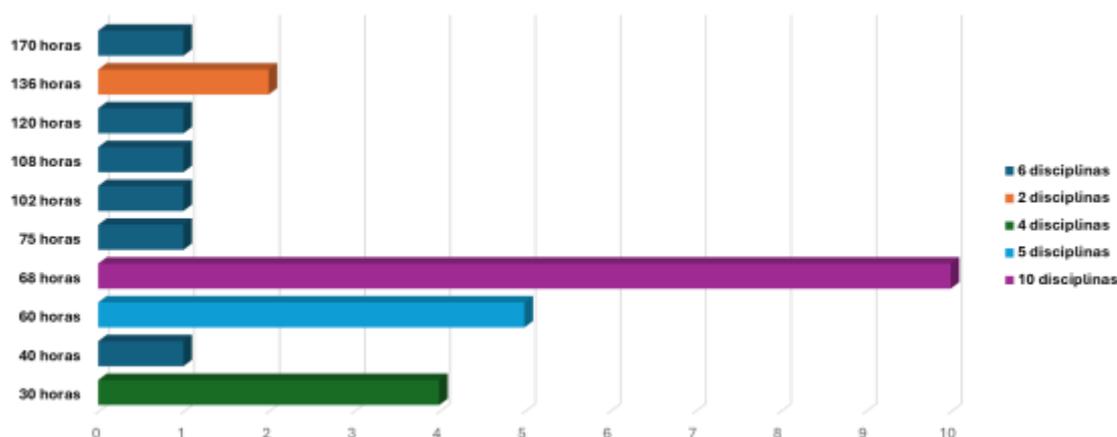
Foi constatado que a questão da inclusão aparece nos cursos de Pedagogia não apenas nas disciplinas que anunciam o termo na sua nomenclatura, mas em outras como: Direitos e Cidadania (2 disciplinas); Educação em Direitos Humanos (7 disciplinas); Direito Educacional (1 disciplina); Atendimento Educacional Especializado (AEE) (1 disciplina). Mesmo frente a esses espaços de discussão e reflexão presentes nos cursos de Pedagogia, ainda a educação especial e inclusiva encontra um espaço tênue, visto que essa discussão perpassa não 1 ou 2 disciplinas, mas necessita estar em todas as demandas formativas do pedagogo, em todas as disciplinas que compõem a fundamentação geral e parte diversificada do curso.

Destacamos que as diferenças nas denominações das disciplinas merecem uma análise criteriosa da relação entre o nome e a ementa, todavia não será abordado neste texto. As inquietações provindas da análise das denominações, colocaremos em formas de questionamentos a seguir: quando é utilizado o termo educação especial inclusiva, não seria redundante, é possível uma educação especial sem ser inclusiva? Muito embora ainda existam escolas especializadas nesta perspectiva, não estaríamos contribuindo para a segregação? Outra questão: hoje, o termo necessidades especiais, cunhado em 1994 com a Declaração de Salamanca, é coerente diante de outros tantos olhares nos documentos que norteiam as políticas públicas para educação especial?

Verificamos que das quinze (15) disciplinas, oito (8) usam a terminologia educação especial e inclusiva. A utilização da preposição “e”, que tem como função unir ou relacionar termos, aponta claramente a perspectiva teórica, metodológica política da disciplina, ou seja, discutir a educação inclusiva é importante e todas as suas abordagens, como educação especial, quilombolas, indígenas, LGBTQI+, negra, todavia, no espectro educacional, é imprescindível que a educação especial tenha seu espaço delimitado, por isso corroboramos com a utilização da educação especial e inclusiva, ou seja, das pessoas com deficiências, altas habilidade, das salas multifuncionais, no atendimento educacional especializado, sujeitos de direitos. Outra nomenclatura que chamou atenção foi a Educação Inclusiva e sua ementa. Por exemplo, um dos itens colocado foi, caracterização e mecanismos sociais de discriminação das pessoas com necessidades especiais, havendo discrepância em vários sentidos, tanto no nome e o uso de necessidades especiais, como o foco da ementa ser só um espectro da educação especial.

Analisando a carga horária dessas disciplinas, observamos que essas são distintas, conforme apresenta o gráfico 02:

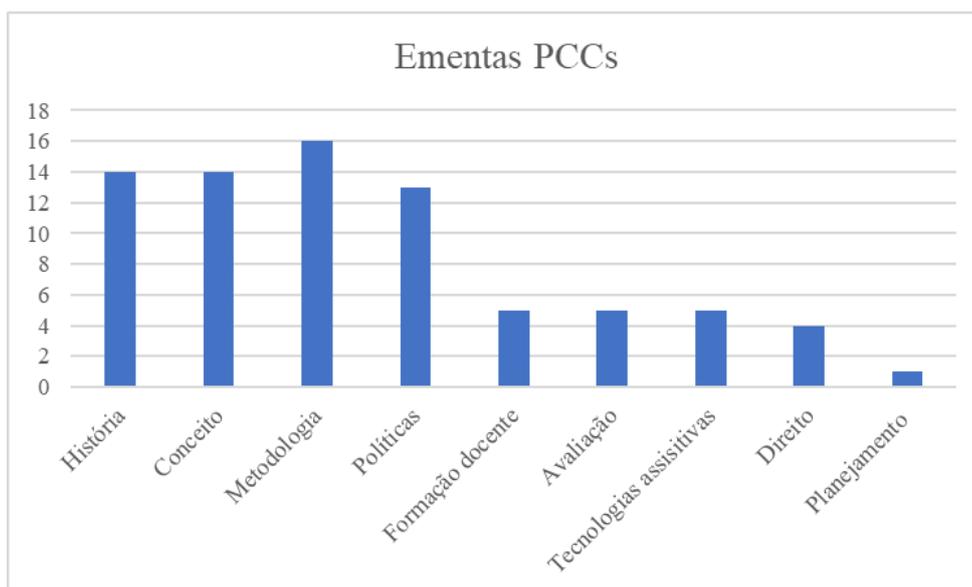
Gráfico 02: Carga Horária das disciplinas objeto de estudo



Fonte: Dado elaborado pelas pesquisadoras com base nos PPC dos cursos investigados.

O gráfico revela que a carga horária varia entre trinta (30) cento e setenta (170) horas, dependendo do curso de Pedagogia. As disciplinas que apresentam mais de cem (100) horas são um total de seis (6). Entretanto, a maioria se concentra abaixo de cem (100) horas, especificamente com vinte e uma (21) horas. São dados dessa natureza que podemos problematizar sobre a valorização da temática frente à formação do futuro professor e pedagogo. Além da educação especial e inclusiva não estar presente nas demais disciplinas de forma transversal, lembrando que é uma modalidade de ensino, para a mesma, no seu próprio espaço, são destinadas poucas horas. Nuance como essa aponta que, no campo de formação, não basta apenas ter a disciplina, mas considerá-la como primordial para a atuação do pedagogo, em todos os campos de trabalho que irá exercer a sua profissão.

Seguindo a pesquisa, especificamente na bibliografia categorizada, nosso objetivo foi fazer inferências sobre quais as temáticas que aparecem nas ementas de forma recorrente e outras menos recorrentes. Para essa fase, utilizamos as seguintes categorias: história, conceito, metodologia, políticas, formação de professores, avaliação, direitos, planejamento, apresentadas no gráfico abaixo.

Gráfico 03: Ementas dos PPC dos Cursos de Pedagogia

Fonte: Dado elaborado pelas pesquisadoras com base nos PPC dos cursos investigados.

Observamos uma similaridade quando se trata da história, conceito, metodologias e políticas, haja vista a quantidade de ementas que apontavam tais temáticas. Todavia, cotejando com as nomenclaturas e ementas, não é possível que tenham o mesmo viés epistemológico, inclusive há um PPC em que a ementa aponta que serão estudados os sujeitos do processo educacional especializado na Perspectiva Histórico-Cultural, ou seja, demarcando a perspectiva teórica utilizada. Outrossim, diferentes variáveis estão implicadas como: plano de ensino, a perspectiva do professor que ministrará a disciplina, o viés teórico do próprio PPC de um modo gera. Além do mais, as instituições apresentam características próprias de cada região, com identidade, cultura, dados socioeconômicos e história dos povos que habitam ao redor dessas instituições.

Por outro lado, salvo a disciplina de uma IES, o planejamento, aspecto primordial para o trabalho docente, não é apontado nas ementas. Muito embora possa integrar em outros aspectos das mesmas, não delimitar o espaço do planejamento contribui para a dificuldade na organização do trabalho pedagógico e a concretização da práxis pedagógica.

Por fim, na bibliografia propositiva, esse estudo apontou, dentre outras questões, a necessidade premente de debates e discussões entre as IES do estado do Paraná, não para impor uma visão e sim para, na coletividade, marcar o espaço da educação especial e inclusiva e no diálogo colaborativo e propositivo lutar pelos sujeitos de direito e pela educação emancipatória.

Considerações finais

O presente trabalho não teve a finalidade de esgotar o debate sobre a educação especial e inclusiva nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Pedagogia das IES públicas paranaenses, ao contrário, almeja a reflexão sobre o espaço que a temática encontra nesses documentos.

Os apontamentos vão desde a observação que um dos cursos analisados não apresenta na matriz curricular nenhuma disciplina específica voltada em seu título para a educação especial e inclusiva, negligenciado o acesso ao conhecimento da área aos discentes, e em outros casos sendo secundarizada, desvelando uma concepção de que os conhecimentos da base (matemática, língua portuguesa, história, ciências, geografia, artes) são mais relevantes de serem discutidos, destinando-se aos mesmos um espaço maior na formação acadêmica.

O desafio está em pensar na organização de uma educação especial e inclusiva que esteja em todo o curso de Pedagogia, não apenas em disciplinas específicas como as apresentadas, precisando estar presente em todas as áreas do conhecimento que envolvem o processo de formação humana emancipada. Todavia, o desafio também consiste em organizar a formação não só com conceitos e discussões políticas, sendo preciso envolver metodologias, práticas, entendimento do micro e macro contexto, a organização do tempo e espaço formativo para a perspectiva inclusiva, começando pela consciência de que todo sujeito tem direito à educação, indiferente de sua característica e necessidade de aprendizagem, destacando assim, a importância do planejamento e organização pedagógica com diferentes recursos, parcerias, estratégias que contemplem a educação especial e inclusiva.

Os PPC demonstram que os cursos apresentam em sua maioria uma preocupação para a temática destinando a ela carga horária diferenciada de acordo com a realidade de cada curso, e os conhecimentos vinculados em cada disciplina tem apresentado conhecimentos nas categorias: História; Conceito; Metodologia; Políticas; Formação docente; Avaliação; Tecnologias Assistivas; Direito e Planejamento, que levando em consideração a carga horária, tem um tempo curto para uma demanda razoável de conhecimento, fazendo-nos questionar: será que o espaço que essas disciplinas ocupam nos PPC dos cursos de Pedagogia tem garantido a formação dos sujeitos para educação especial e inclusiva? Como contribuir com a mudança de concepções em relação à educação especial e inclusiva? De que maneira valorizar a potencialidade de cada sujeito?

Problematizações que colocam o sujeito em formação no processo, que não podem ser silenciadas, pois a inclusão é uma realidade cada vez mais presente nos espaços escolares.

Ficou demarcado, ao longo do artigo, que a educação especial e inclusiva faz parte da formação inicial dos pedagogos em vinte e um (21) cursos de Pedagogia das Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Paraná, organizado nas vinte (27) disciplinas, apresentando conhecimentos que trazem aspectos que envolve não apenas conceitos, a política e a história, mas reflexões que levam a pensar as práticas formativas, as metodologias, os recursos, o processo avaliativo e o planejamento da práxis como uma totalidade.

Esse estudo não visa desvalorizar a formação ofertada nos cursos de Pedagogia analisados, mas aponta como finalidade a problematização e reflexão sobre a educação e nessa a educação especial e inclusiva e sua relevância no processo formativo de professores, que auxilia nas discussões sobre as políticas de formação docente e a práxis docente, em especial na construção e mudanças pedagógicas na práxis a partir da participação e não omissão de reflexão do que é a perspectiva da inclusão, se colocando como profissional questionador da própria prática, não se colocando como objeto mas o sujeito do processo que busca atingir a particularidade dos alunos na totalidade da prática pedagógica.

A pesquisa aponta a necessidade de estudos futuros, em discussões em aberto, que despertam o interesse na análise dos autores que embasam as ementas para poder conhecer a base epistemológica da perspectiva inclusiva nesses cursos de Pedagogia, assim como, refletir nas demais ementas das disciplinas dos cursos a presença da educação especial e inclusiva. Essas investigações visam uma formação embasada em fundamentos, princípios teóricos-práticos contextualizados e histórico, que proporcione a autorreflexão, autoanálise social e emancipatória.

Referências

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso: 08 de março de 2024.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia e educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022016420100400>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BENEVIDES, Gabriela Sanchez; COSTA, Vanderlei Balbino da. A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO E A CRIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO. RPGE– **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. 00, e022020, jan.dez. 2022.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado de conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

Pavezi, M., & Mainardes, J. (2018). Análise das influências de documentos internacionais na legislação e políticas de educação especial no Brasil (1990-2015). **Revista Interações**, 14(49), 153–172. <https://doi.org/10.25755/int.16161>

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES; Valdemir. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3.ed. São Paulo, SP: Cengage, 2023. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022016420100400>. Acesso em: 10/02/2024.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. A imprensa periódica na pesquisa em história da educação: um estado de conhecimento. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 385–400, 2018. DOI: 10.20396/rho.v18i2.8652374. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652374>. Acesso em: 11 mar. 2024.

Submissão: 27/03/2024. Aprovação: 18/04/2024. Publicação: 18/04/2024